

ATA DA 381ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP
REALIZADA NOS DIAS 27 e 28 DE FEVEREIRO DE 2012.

Aos vinte e sete e vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e doze, os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília-DF. Compareceram: o Presidente, Conselheiro Geder Luiz Rocha Gomes; o 1º Vice-Presidente, Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro; 2ª Vice-Presidente, Conselheira Valdirene Daufemback; e os demais membros: Alvino Augusto de Sá; Augusto Eduardo de Souza Rossini; Carlos Eduardo Japiassu; Erivaldo Ribeiro dos Santos; Fernando Braga Viggiano; Gisela Maria Bester; Luiz Guilherme Mendes de Paiva; Maria Ivonete Barbosa Tamboril; Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes; Pedro Sérgio dos Santos; Renato Flavio Marcão; Rodrigo Duque Estrada Roig Soares; Suzann Flavia Cordeiro de Lima; Vitore André Zílio Maximiano. Estiveram também presentes os seguintes participantes externos ao Conselho: Luiz Fabrício Vieira Neto; César Augusto Maranhão dos Santos; Fátima Mayumi Kowata; Marcus Rito; Mara Fregapani Barreto; Fernando Henrique Martins e Heloisa Adario, todos do DEPEN/MJ; Gerusa Amaral de Medeiros – ABENFO NACIONAL; Jose Pastore – USP; Carmen Lucia Lupi Garcia – COFEN; Alceu Pimentel – CFM; Railander Quintana de Figueredo – DEPEN/MJ; Rosangela Peixoto Santa Rita – DEPEN/MJ; Cassio Arantes do Nascimento – DEPEN/MJ; Lorena Carolinne Alves da Fonseca Lopes – DEPEN/MJ; Patrícia Costa de Farias Borges – DEPEN/MJ; Wellington Bezerril Lourenço – DEPEN/MJ; Maria Célia Nery Padilha – DEFENSORIA PÚBLICA/BA; Cynara Fernandes – DEFENSORIA PÚBLICA/BA; Ewerton de Figueredo Nunes – DEPEN/MJ. Justificaram suas ausências os Conselheiros José Laurindo de Sousa Neto e Geder Rocha Gomes, este somente no primeiro dia da reunião. O Presidente do CNPCP em exercício, Dr. Herbert Carneiro, iniciou a reunião saudando a todos os presentes e desejando um dois mil e doze de saúde e paz e falando dos trabalhos que serão apresentados durante a reunião. Abertas as comunicações e proposições, a Conselheira Gisela propôs a reativação de uma proposição que já fora feita e votada na reunião do CNPCP em São Paulo, a respeito da ordem de prioridades quanto aos originais já aprovados por este Colegiado e que estão aguardando publicação, tendo preferência o livreto que veiculará a Resolução Nº 09 do CNPCP, sobre arquitetura penal. A Conselheira Valdirene propôs como prioridade a elaboração do livreto da Resolução CNPCP nº 09, sobre arquitetura penal, e seminário. O Conselheiro Carlos Japiassú informou que será lançado um livro de penas alternativas e que lhe fora solicitado um artigo sobre o tema; o conselheiro informou ainda que esta

36 seria sua última reunião como conselheiro, tendo em vista viagem para o exterior para
37 ministrar palestra; em seguida, agradeceu a todos os conselheiros a convivência
38 durante esses quatro anos, enfatizando ainda como uma experiência extraordinária. O
39 Conselheiro Milton propôs a elaboração de uma moção de elogio ao Ministro da Justiça
40 José Eduardo Cardozo pela atuação à frente do Ministério nos fatos que ocorreram no
41 Estado da Bahia, especificamente na cidade de Salvador, devido à greve da polícia
42 militar. O Conselheiro afirmou ainda que a ação produziu um efeito psicológico e prático
43 muito positivo junto aos cidadãos do Estado. Por fim, o Conselheiro informou sobre mais
44 uma rebelião no Presídio Aníbal Bruno, com dois ou três mortos, e outro caso
45 semelhante no Estado do Espírito Santo. O Conselheiro Vitore registrou que se reuniu
46 com a Procuradoria Regional Eleitoral em São Paulo para tratar sobre o voto do preso
47 provisório, assunto ainda não regulamentado, e informou que, visando às eleições deste
48 ano, a Resolução antiga, de dois anos, não tem validade, pois os prazos foram muitos
49 exíguos para cadastramento dos presos provisórios visando os votos, e que, portanto,
50 cabe ao Conselho representar ao Tribunal Superior Eleitoral para que essa Resolução
51 fosse editada o quanto antes para que os Tribunais Regionais Eleitorais possam, nos
52 seus respectivos Estados, dar andamento a esta questão; o Conselheiro frisou ainda
53 que houve reunião com o Secretario de Administração Penitenciária do Estado de São
54 Paulo visando à ampliação e à evolução deste quadro no Estado, assim como em todo
55 país. A Conselheira Maria Ivonete registrou um elogio aos Conselheiros Luiz Guilherme
56 de Paiva, Gisela Maria Bester, Geder Luiz Rocha Gomes e Augusto Eduardo de Souza
57 Rossini, pelo bom trabalho que realizaram quando da elaboração do documento oficial
58 do Brasil sobre a atualização e a revisão das regras mínimas da ONU para o tratamento
59 de presos no mundo, tendo ela também participado de tais trabalhos, enquanto
60 representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, nas
61 reuniões que se realizaram em dezembro de 2011 e janeiro de 2012, na sede do
62 CNPCP, para a redação de tal documento. O Conselheiro Renato registrou que jornal de
63 grande circulação publicou notícia de que a população carcerária do Estado de São
64 Paulo superou em oitenta e um por cento a capacidade do ambiente prisional,
65 demonstrando, segundo o Conselheiro, que a lei das cautelares, ao contrário do que se
66 veiculou, não colocou duzentos mil presos nas ruas, especialmente quarenta mil no
67 Estado de São Paulo; a constatação que se tem é que houve enrijecimento ainda maior
68 e os números de decretações de prisões cautelares, inclusive de ofícios na fase de
69 investigação, é uma realidade, especialmente no Estado de São Paulo, quase
70 generalizada. Sobre uma possível recondução, o Conselheiro Marcão lamentou a

71 impossibilidade material pessoal de continuidade no Conselho por conta de atribuições
72 com compromissos eleitorais no Ministério Público do Estado de São Paulo e no âmbito
73 pessoal uma nova empreitada: comentar um código do processo penal e escrever um
74 curso do processo penal que vai demandar muito tempo e dedicação. O Conselheiro
75 descreveu ainda a vontade de continuar no colegiado, porém somando todos esses
76 fatores isso o impedirá de permanecer no CNPCP, e despediu-se em seguida. A
77 Conselheira Valdirene comentou que existem restrições bastante severas sobre a
78 Resolução que trata da assistência religiosa no Distrito Federal, pois a Resolução
79 distrital é anterior, informando ainda que no Distrito Federal há um movimento dos
80 visitantes que prestam assistência religiosa. A Conselheira solicitou que o CNPCP
81 estabeleça diálogo com o governo local para que se atualize a Resolução distrital a
82 partir da Resolução do CNPCP. A Conselheira também informou sobre a publicação da
83 Resolução que trata da arquitetura prisional, e que houve duas importantes reuniões
84 promovidas pelo DEPEN para garantir que se tenha de fato construções adequadas
85 possíveis. Em resumo, houve inclusive uma reunião com representantes de
86 departamentos penitenciários, principalmente arquitetos e engenheiros de todos os
87 Estados, com exceção do Estado de Santa Catarina, para debater a referida Resolução.
88 Em seguida, em outra reunião, a equipe técnica do DEPEN comentou sobre outros
89 assuntos até então não abordados, como as normas da ABNT. O Conselheiro Augusto
90 Rossini informou que fora publicada matéria, no jornal Estadão, sobre recurso para
91 formação de educação de presos. E, como complemento, informou que a Conselheira
92 Valdirene se referiu ao Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. Informou
93 ainda que no dia vinte e quatro de novembro fora realizado um chamamento para
94 ampliações e construções pré-fabricadas e que o prazo foi até o dia trinta de janeiro.
95 Relatou ainda que foram apresentados mais de cem projetos e que a ideia era fazer um
96 planejamento rigoroso no que diz respeito a cada Estado, que deveria receber de
97 recurso para determinadas construções, e esse recurso de Um Bilhão e Cem Mil Reais
98 será gasto em dois anos para, especificamente, presos em delegacia e presas, não
99 incluindo presos em regime fechado. O Conselheiro Augusto Rossini informou que o
100 governo federal não disponibilizará além do que Trinta Mil Reais por vaga, pois o Estado
101 precisa fazer uma contrapartida. Informou ainda que os Estados receberão esse recurso
102 conforme o déficit carcerário. Relatou que realizou reunião de diagnóstico com todas as
103 Unidades Federativas e que foram elaboradas atas e, portanto, dentro dessa lógica,
104 será repassado para essas Unidades Federativas neste ano. O Conselheiro relatou que
105 as construções convencionais terão um chamamento em setembro. O Conselheiro

106 enfatizou ainda que, até o momento, há Duzentos e Cinquenta Milhões de Reais no
107 orçamento e Duzentos Milhões de Reais de créditos adicionais. O Conselheiro
108 comunicou ainda que há garantido Quatrocentos e Cinquenta Milhões de Reais e que o
109 DEPEN foi o primeiro departamento da Esplanada dos Ministérios que teve os recursos
110 garantidos pelo descontingenciamento. O Conselheiro concluiu que são Quatrocentos e
111 Cinquenta Milhões de Reais para este ano e Trezentos e Cinquenta Milhões de Reais
112 para o próximo ano, totalizando Oitocentos Milhões de Reais. O Conselheiro ainda
113 informou que esses recursos aumentarão quarenta e duas mil vagas e somadas com as
114 vinte mil vagas, que já estavam pendentes, totalizarão sessenta e duas mil vagas. Para
115 consignar o déficit carcerário, que é de duzentas mil vagas, o Conselheiro Rossini
116 informou ainda que essas ações são para aliviar o crescimento da população carcerária,
117 que será de sessenta mil presos. O Conselheiro pediu para que o CNPCP acompanhe
118 os programas de alternativas penais e para ser rigoroso com a lei das cautelares. O
119 Conselheiro Fernando apresentou o Relatório de Inspeção do Estado do Mato Grosso e
120 solicitou ao CNPCP que convidasse para a reunião de abril o Sr. Mário Bonsaglia e a
121 Sra. Ivana Farina, ambos do Conselho Nacional do Ministério Público, para que sejam
122 ajustados os procedimentos para inspeção prisional. O Conselheiro Rossini agradeceu a
123 oportunidade e fez uso da palavra para recepcionar o Sr. José Pastore, professor
124 universitário da USP, que foi convidado pelo CNPCP para vir a esta reunião falar sobre
125 incentivo ao trabalho de presos, que associa a redução do déficit carcerário com a
126 ressocialização e não somente pela via da construção de novas unidades prisionais. O
127 Professor iniciou sua fala comunicando que em 2011 lançou o livro “Trabalho para ex-
128 infratores”, pela Editora Saraiva, resultado de um grupo de pesquisa que coordenava
129 enquanto Sociólogo do Trabalho, enfatizando que em relação a tais populações o apoio
130 complementar rompe fatores criminogênicos, e que redes de relacionamentos sadios
131 como esportes, eventos culturais, grupos de autoajuda, reuniões com familiares, cursos
132 de treinamento, envolvimento da companheira ou esposa e pessoas com maior
133 responsabilidade no início evitam reincidências múltiplas. Relatou ainda que treinamento
134 sem afeto ajuda pouco. A convidada Heloisa Adário, que coordena o programa de penas
135 alternativas do DEPEN, informou que, dentro do escopo de ação do programa de penas
136 alternativas, já se adota a mediação e a justiça restaurativa e também as medidas
137 cautelares. A Sra. Heloísa ponderou que é necessário que haja uma definição sobre a
138 fiscalização das medidas cautelares, uma vez que algumas centrais de
139 acompanhamento das penas e medidas alternativas já demandam recursos financeiros
140 para o acompanhamento das medidas cautelares. Citou o exemplo da cidade de

141 Juazeiro, na Bahia, em que o juiz envia os casos de Comparecimento Obrigatório em
142 Juízo para a Central de Penas Alternativas, para que a equipe acompanhe o
143 cumprimento. A equipe realiza um acordo com o juiz e oferece aos cumpridores a
144 participação em grupos reflexivos. Heloisa informou que isso pode caracterizar uma
145 sobrepenalização e solicitou a participação do CNPCP nesse debate. Lembrou ainda
146 que há uma indefinição entre o Judiciário e o Executivo sobre a responsabilidade da
147 fiscalização dessas medidas cautelares. Os Conselheiros Renato Marcão e Fernando
148 Viggiano fizeram a intervenção no sentido da importância de se envolver o Conselho
149 Nacional de Justiça nesse debate. O Presidente Herbert Carneiro acatou a sugestão e
150 solicitou à Sra. Heloisa que providenciasse uma Nota Técnica sobre o assunto e
151 enviasse ao CNPCP. O Conselheiro Rossini, na qualidade de diretor geral do DEPEN,
152 informou que a Nota Técnica será encaminhada ao CNPCP por intermédio da Diretoria
153 de Políticas Penitenciárias do DEPEN. Em seguida, iniciaram-se as apresentações dos
154 demais convidados externos, Dra. Gerusa Amaral de Medeiros, da Associação Brasileira
155 de Enfermeiros e Obstetras; Dra. Carmen Lucia Lupi, do Conselho Federal de
156 Enfermagem e Dr. Alceu José Peixoto Pimentel, do Conselho Federal de Medicina, para
157 falar sobre mulheres encarceradas e suas crianças, e a respeito do tratamento quanto à
158 saúde da mulher privada de liberdade, convite este que fora motivado por graves
159 denúncias que recentemente chegaram ao conhecimento deste Conselho, pelas mãos
160 da Pastoral Carcerária Nacional, quanto à utilização de algemas para contenção de
161 mulheres presas quando submetidas a processos cirúrgicos para realização de partos,
162 notadamente no Estado de São Paulo. Indagados que foram por muitos Conselheiros, a
163 apresentação resultou um tanto quanto frustrada, eis que o profissional da Medicina
164 acabou afirmando que não tem conhecimento de nenhuma denúncia formal sobre isso
165 em seu Conselho de classe, e que, portanto, não iria agir, ao mesmo tempo em que a
166 Dra. Carmen afirmou que essa fiscalização em casos de custódias geralmente é
167 obstaculizada pelas próprias unidades hospitalares. Diante disso, o CNPCP fez um
168 apelo aos representantes das duas classes de profissionais da área da Saúde
169 presentes, para que não corroborassem com a realização de partos em unidades
170 hospitalares em que as presas parturientes estivessem algemadas, tendo em vista que
171 o risco que lhes ofereceriam em tais circunstâncias seria mínimo, se não nulo.
172 Sucessivamente, foi apresentada a proposta de projeto de lei que regulamenta o prazo
173 para *Habeas Corpus*, pelo Conselheiro Pedro Sérgio. Em seguida, o Conselheiro Milton
174 solicitou enviar um ofício para o IBCCRIM louvando a iniciativa do *Amicus Curie*,
175 referente ao Recurso Extraordinário nº 628.658. No segundo dia da Reunião foi

176 informado sobre a realização do Seminário Regional na cidade de Salvador-BA, sendo
177 que no dia dezenove de março seria realizada a Reunião Ordinária do CNPCP e no dia
178 vinte o Seminário Regional, a partir das nove horas da manhã. Foi proposta pelo
179 presidente do CNPCP a elaboração de Resolução que trata da implementação de
180 assistência a dependentes químicos. O Presidente Geder Luiz Rocha Gomes enalteceu
181 a atuação do Conselheiro Luiz Guilherme Mendes de Paiva na viagem a Viena, ocorrida
182 de 28 de janeiro a 2 de fevereiro de 2012, por ter integrado a Delegação Brasileira que
183 representou o Governo Brasileiro, auxiliando o Embaixador Brasileiro em Viena e
184 também junto ao UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, Dr.
185 Julio Cezar Zelner Gonçalves, na apresentação e defesa da Proposta do Brasil durante
186 a reunião técnica do Grupo Intergovernamental de Peritos sobre as Regras Mínimas das
187 Nações Unidas para o tratamento de Prisioneiros. Como Ações para o ano de dois mil e
188 doze, os Conselheiros recomendaram a criação de um mecanismo de comissão
189 permanente que acompanhe sistematicamente as comissões de reformas do processo
190 penal em discussão no Congresso Nacional, bem como a participação de conselheiros
191 em seminários. Enfatizou-se também a realização de um seminário para os secretários
192 de justiça ou de representantes da administração penitenciária do país para discussão
193 sobre o tema. Acrescentou-se ainda a possibilidade de trabalho em grupo em reunião
194 conjunta do CNPCP e ex-conselheiros com o Conselho Nacional de Secretários de
195 Justiça. Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente
196 distribuídos: 1) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000353/2011-65 Assunto: Relatório de
197 inspeção prisional feito pelo Conselho Penitenciário do Estado do Sergipe, no Complexo
198 Penitenciário Antônio Jacinto Filho – COMPAJAF.. Parecer do Conselheiro Alvino de Sá
199 pede: Que seja arquivado, uma vez que o objeto em análise se coaduna com que se
200 pede. Aprovado, à unanimidade. 2) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000081/2012-84
201 Assunto: Relatório de Inspeção feita pelo Conselho Nacional de Política Criminal e
202 Penitenciária no Estado do Espírito Santos. Parecer dos Conselheiros Herbert Carneiro
203 e Carlos Japiassú pedem: Que sejam oficiados os seguintes órgãos: Procurador-Geral
204 de Justiça do Estado do Espírito Santos, o Defensor Público-Geral do Estado, o
205 Secretário de Justiça do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e o
206 Presidente do Conselho Nacional de Justiça. Todos com recomendações pertinentes às
207 áreas de suas atuações. Aprovado, à unanimidade. 3) Processo CNPCP/MJ nº
208 08037.000088/2012-04 Assunto Relatório de visita de inspeção prisional em Brasília
209 feita pelo Conselho Nacional de Política Criminal e penitenciária. Parecer do
210 Conselheiro Erivaldo Ribeiro dos Santos pede: que seja oficiada a secretária de

211 segurança pública para que apresente a este conselho o planejamento para se fazer
212 frente a super lotação das unidades prisionais do DF, bem como planejamento para
213 ocupação dos espaços ociosos verificados nas unidades PDF 1 e PDF 2., Que seja
214 oficiado o DEPEN para que este órgão verifique a situação dos presos provisórios da
215 Justiça Federal. Aprovado, à unanimidade. 4) Processo CNPCP/MJ nº
216 08037.000032/2011-61 Assunto: Anteprojeto de Lei que acresce os parágrafos 2º-A e
217 2º-B ao artigo 157 do código penal. Parecer do conselheiro Milton Jordão pede: visto os
218 referidos autos não há qualquer oposição afeita quanto à oportunidade de apresentação
219 da proposta concebida por este conselheiro. Aprovado, à unanimidade. 5) Processo
220 CNPCP/MJ nº 08001.010547/2007-08 Assunto: Projeto de Lei do Senado – PLS nº
221 674/2007- para determinar a obrigatoriedade da separação de homens e mulheres em
222 estabelecimentos penais. Parecer do conselheiro Milton Jordão pede: Que se arquiva o
223 presente processo, uma vez que o objeto do referido pleito já está contemplado pelo o
224 atual Ordenamento Jurídico vigente. Aprovado, à unanimidade. 6) Processo SAL/MJ nº
225 08001.005067/2011-01 Assunto: Projeto de lei da Câmara nº 7118/2010 que altera o
226 Código Penal Brasileiro aumentando a pena do Homicídio qualificado em crime
227 cometido no período em que a vítima estiver sob as medidas protetivas estabelecidas na
228 lei Maria da penha. Parecer do conselheiro Milton Jordão pede: Que se arquiva o
229 presente processo. Aprovado, à unanimidade. 7) Processo SAL/MJ nº
230 08027.000452/2011-66 Assunto: Acrescenta e altera o dispositivos ao Decreto-Lei nº
231 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal e à Lei de Execução Penal,
232 de 11 de julho de 1984. Parecer do conselheiro Milton Jordão pede: Que pode o juiz de
233 conhecimento já na sentença fazer esta observação, bem como o juiz da execução.
234 Retornam-se os autos a Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL. Aprovado, à
235 unanimidade. Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente
236 distribuídos: 8) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000505/2012-19 Assunto: Relatório de
237 visita de inspeção prisional no Estado de Mato Grosso feito Conselho Nacional de
238 Política Criminal e Penitenciária nos dias 18 e 19 de janeiro de 2012. Parecer dos
239 Conselheiros Fernando Viggiano e Milton Jordão pedem: Que seja oficiada a Secretaria
240 de Estado de Justiça e Direitos Humanos; ao Tribunal de Justiça do Estado; ao
241 Conselho Nacional de Justiça; ao Conselho Nacional do Ministério Público; à Comissão
242 de Direitos Humanos do Conselho Federal da OAB; ao Instituto Brasileiro de Ciências
243 Criminais – IBCCRIM; e ao Governador do Estado; Aprovado à unanimidade. Em
244 seguida, o Presidente do Conselho encerrou os trabalhos e agradeceu a presença de

245 todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jussara Isaac Ribeiro e
246 revisada pelo servidor Jefferson Alves Lopes.

247

248

Geder Luiz Rocha Gomes

249

Presidente do CNPCP

250

251

Publicado no DOU, de 06/09/2012, pagina 653 e 654 – Seção 1 - ISSN 1677-7042 25 – nº 174.

252

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>,
253 pelo código 00012012090600654

254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
255 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

256

257

258

259

260